

# Trocando a infância pelo trabalho

O Estado possui o maior índice da Região Sudeste de crianças que trabalham; 53,3% dos trabalhadores mirins não contam sequer com um rendimento mensal

MÁRCIO CASTILHO

**D**ariamente, T.O., 14 anos, acorda às 4 horas para arrumar a barraca de verduras na feira livre. Segue a rotina de trabalhador mirim e estudante desde os 11 anos. Hoje trabalha em cinco feiras de Vitória para tirar por semana pouco mais de R\$ 20,00.

“Tenho que sair às 11 horas para estudar em Cariacica. Estou na 8ª série. O dinheiro fica comigo para comprar roupa e material de escola”, conta.

O garoto faz parte das 108.444 crianças e adolescentes capixabas de 5 a 17 anos que trocaram a infância pelo trabalho nas ruas. A pesquisa Indicadores do Trabalho Infantil, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que 13,3% das pessoas nessa faixa etária trabalham no Estado, superando a média de

12,7% registrada em todo o país.

O Estado tem, proporcionalmente ao número de habitantes, o maior índice de trabalhadores mirins da Região Sudeste. Rio de Janeiro e São Paulo registraram um percentual de ocupação de crianças e adolescentes no trabalho de 4,7% e 8,6%, respectivamente.

## Remuneração

A necessidade de ajudar no orçamento da família levou J.S., 13 anos, à tarefa de carregar carrinho de compras na feira de Itararé, em Vitória. A renda da mãe, faxineira, não garante a comida no final do mês para dez pessoas dentro de casa. D.C., 10 anos, ajuda no trabalho do primo J.S.

“Ganho R\$ 5,00 e dou para a minha mãe. Às vezes, não recebo nada”, diz.

O pequeno J.S. não é o único. De acordo com a pesquisa sobre o trabalho infantil do IBGE, a maioria (53,3%) dos adolescentes que perderam a infância para tentar ajudar no sustento da família não conta sequer com um rendimento mensal. Apenas 6,2% dos trabalhadores mirins capixabas recebem mais de um salário e 40,4% ganham até um salário mínimo.

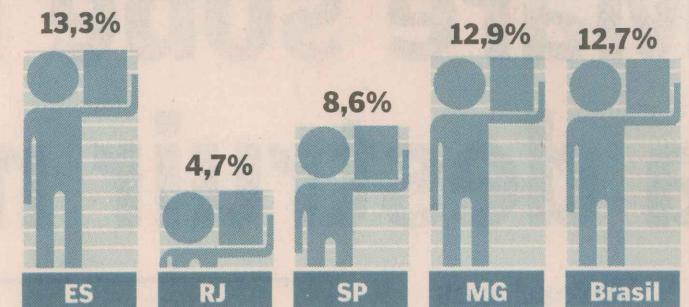
As crianças que atuam como mão-de-obra barata trabalham como adultos. A pesquisa mostrou que 40% das pessoas de 5 a 17 anos ocupadas cumprem uma jornada de trabalho superior a 40 horas semanais. O estudo sobre o trabalho infantil integra um dos temas suplementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001.



## Situação atual

Os dados do IBGE mostram que 108.444 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, representando 13,3% do total, trabalham no Estado

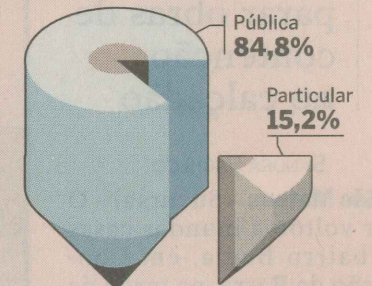
## Trabalhadores mirins



## Taxa de escolarização

Crianças ocupadas **72,5%**  
 Não ocupadas **88,9%**  
 Total **86,7%**

## Rede de ensino



## Motivos da evasão entre os trabalhadores mirins

12,1%	17,3%	32,9%	37,7%
Por ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	Distância da escola ou falta de vaga	Por vontade própria ou dos seus pais e responsáveis	Outros motivos

## Horas de trabalho

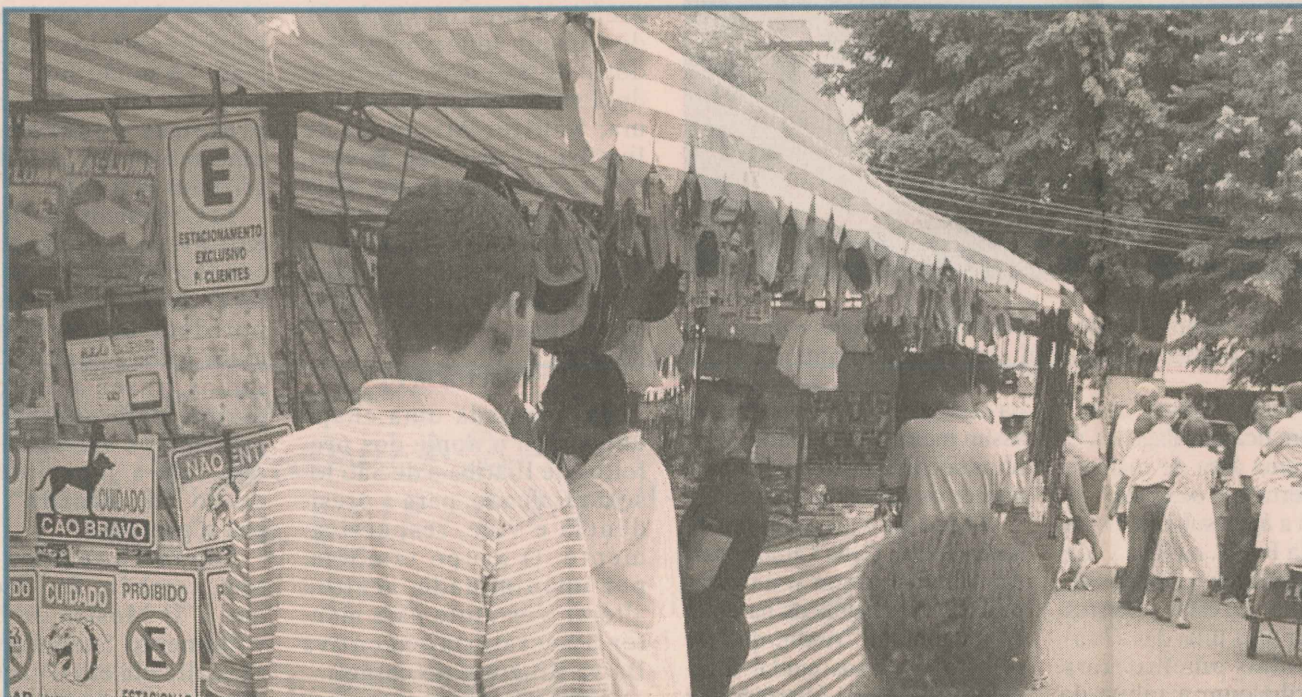


## Condição de remuneração

Trabalho remunerado	47,1%
Não remunerado	52,9%

## Rendimento mensal

Até um salário	40,4%
Mais de um salário	6,2%
Sem rendimento	53,3%



# Seis mil crianças ainda estão excluídas do Peti

A presença de crianças em carvoarias, pedreiras e lavouras de cana vem sendo combatida pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O projeto beneficia no Espírito Santo 7.330 pessoas de 7 a 15 anos. Apesar dos avanços contra a exploração de trabalhadores mirins, 6.054 crianças e adolescentes capixabas ainda estão excluídos do programa do Governo Federal.

Segundo a coordenadora estadual do Peti, Dulcelina Fraga Ferreira, o projeto está presente em 64 municípios capixabas. O Espírito Santo recebe R\$ 218 mil por mês para pagar as bolsas de R\$ 40,00 para quem mora na zona urbana e R\$ 25,00 para quem reside em áreas rurais.

“Fizemos um pedido de ampliação dos recursos para atender os municípios ainda não beneficiados”, afirmou Dulcelina.

O Peti acompanha a frequência da criança na escola e oferece, ainda, jornada ampliada para os alunos, com atividades extra-curriculares

na área de esporte, cultura e reforço escolar, dentre outras. De acordo com a coordenadora, 51% das pessoas beneficiadas moram no campo.

## Aprendizagem

Os estudantes de 14 a 18 anos também têm uma oportunidade profissional regulamentada pela Lei 10.097/2002. Eles podem ser contratados como aprendizes, com direito à carteira profissional assinada e todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Trata-se de um contrato por tempo determinado, cuja duração é exatamente igual ao prazo do curso profissionalizante, oferecido pelo Senai ou Senac.

Segundo o coordenador do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil, José Fernando Meireles Pimentel, da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), 1.219 aprendizes foram contratados, em 2002, na Grande Vitória, em Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari. Este ano, o programa já beneficiou 700 adolescentes.



Fotos de Nestor Müller

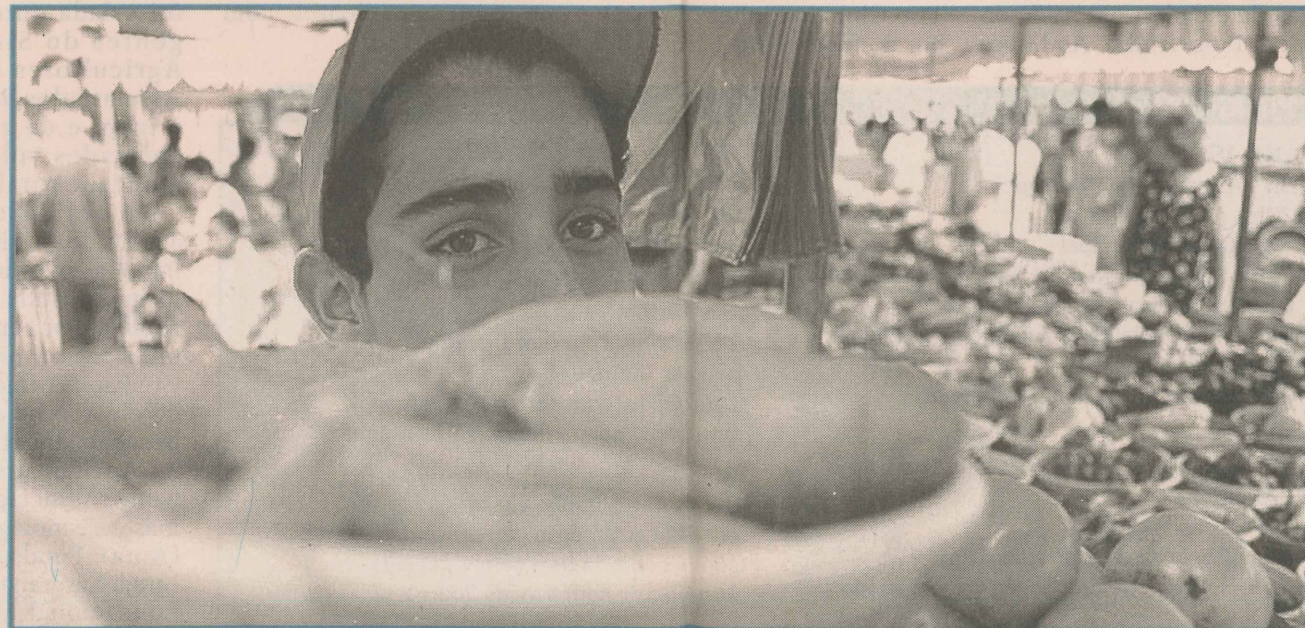
## Batente

Os primos J.S., 13 anos, e D.C., 10, carregam compras em um carrinho, na feira de Itararé, em Vitória. Pelo trabalho, ganham R\$ 5 por dia e ajudam na alimentação da família

## PERFIL

### Maioria dos menores ajuda na lavoura

O trabalho infantil no Espírito Santo se concentra em áreas rurais e envolve principalmente as crianças do sexo masculino. O perfil levantado pelo IBGE demonstrou que 51% das pessoas de 5 a 17 anos que mantêm uma ocupação ajudam os pais na lavoura, representando 55.575 trabalhadores rurais. Outras 52.829 crianças e adolescentes (49%) estão em áreas urbanas. De acordo com a pesquisa, o trabalho infantil no Estado atinge 68.229 homens (62,9%) e 40.215 mulheres.



## SACRIFÍCIO

T.O., 14 anos, trabalha em feiras livres desde os 11. Para ele, o dia começa às 4 horas, quando inicia a arrumação da barraca onde vende verduras



Fotos de Nestor Müller

**Batente**

Os primos J.S., 13 anos, e D.C., 10, carregam compras em um carrinho, na feira de Itararé, em Vitória. Pelo trabalho, ganham R\$ 5 por dia e ajudam na alimentação da família